

PARECER

Processo nº 511-T-54. "Trecho da Ladeira da Misericórdia, município do Rio de Janeiro/RJ".

Colegas Conselheiros, o Processo nº 511-T-54, referente ao "Trecho da Ladeira da Misericórdia", logradouro público pertencente ao município do Rio de Janeiro/RJ, foi aberto em atendimento à "sugestão no sentido da conservação" de Ary Ferreira de Macedo, datada de 29 de setembro de 1954. Em 2 de outubro de 1954, o então diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade informou ao interessado que a sugestão estava sendo "devidamente examinada pela divisão competente".

A instauração do processo teve como objetivo o tombamento em nível federal do trecho remanescente da Ladeira da Misericórdia, elemento urbano histórico situado tangencialmente à igreja de Bonsucesso, no largo de mesma denominação.

No dossiê em análise há registro de que, naquele dia 2 de outubro, a carta do senhor Ary e o parecer de Lucio Costa, "sugerindo inspeção (sic) no local pelo dr. Edgard Jacintho" foram encaminhadas para o Diretor Geral; e que, em 12 de outubro de 1954, foi o mesmo encaminhado ao arquivo.

A proteção em nível estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac ocorreu em 1965, ocasião em que se celebrou o quarto centenário da fundação do Rio de Janeiro.

Descontinuidades e divergências, incluindo deslocamento de documentação, marcaram os trâmites processuais. Além das dificuldades de ordem operacional e político-administrativa, as peças do processo têm importância devido às informações aí contidas acerca das competências intelectuais e técnicas dos funcionários do Iphan e do tipo de dados necessários à tramitação e instrução do estudo e dossiê de tombamento.

Denota-se que os procedimentos para os estudos iniciais teriam sido encaminhados pelo arquiteto Lucio Costa, compreendendo o levantamento ou vistoria que Edgard Jacinto, também arquiteto, deveria executar. Observa-se ainda que, apesar de "nem a carta motivadora e nem as conclusões que possivelmente se seguiram terem sido anexadas aos autos", o desenvolvimento do estudo pela arquiteta Joyce Kurrels em 2009 superou a ausência desses registros da efetivação daqueles primeiros trabalhos.

Desse modo, foi verificada a existência, nas Séries do Arquivo Noronha Santos, de uma carta do senhor Ary, datada de 1960, reiterando o pedido feito em 1954 e da Informação, também do ano de 1960, de autoria de Edgard Jacinto, o qual concluía que a Ladeira da Misericórdia não era bem "merecedor do tombamento federal", pois "irremediavelmente mutilado" e destituído de "valor documental como elemento urbanístico", não sendo, para ele, justificáveis ações de proteção e recuperação".

Tal registro também revela que o assunto teria sido encaminhado à avaliação de Lucio Costa. Porém, não foi encontrada nenhuma documentação referente à continuidade dos estudos desde então.

A retomada dos procedimentos voltados para a proteção federal ocorreu apenas em 1999, ocasião em que o Iphan buscava recuperar as ações de regularização de processos de Tombamento, o que objetivaria a conclusão de estudos paralisados e inconclusos. Tal situação colocava inúmeros pedidos de Tombamento, este incluído, na condição de processos “sobrestados”.

O reinício dos estudos em 1999 ocorre com o pedido de encaminhamento, para o Departamento de Proteção, dos processos acima referidos e respectivos registros iconográficos, os quais representariam o interesse –ainda a ser estudado em articulação com outras ações– do Iphan na área na década de 1970.

A impossibilidade de atender à tal solicitação no curto prazo estabelecido demonstrava que, para o reduzido corpo técnico da época, o quadro nacional da recomposição premente de cerca de cinco dezenas de processos em bases metodológicas mais criteriosas causava dificuldades supostamente intransponíveis. Naquele momento, a colaboração, no processo então em pauta, de Núbia Melhem, que concluía um livro sobre o Morro do Castelo, foi considerada “interessante” para o desenvolvimento dos trabalhos.

O dossiê apresentado à relatoria, registra ainda que apenas em 2009, ou seja, quase seis décadas após o pedido original, o estudo foi de fato iniciado, sendo então ajuntado a este em análise o processo 015000.004052/2009-23. Dentre os registros dos novos procedimentos, importa destacar sobremaneira os dois pareceres e o levantamento fotográfico elaborados pela arquiteta Joyce Kurrels, os quais fundamentaram a delimitação de quatro categorias para as áreas de entorno e a indicação, pela mesma, para o tombamento federal.

Acrescente-se que, em 2009, foi também indicado para apreciação do material produzido pela 6ª CR o historiador José Antônio Nonato Duque Estrada, do Departamento de Proteção, por seu profundo conhecimento do objeto que estaria em estudo para o tombamento.

Na apreciação dos pareceres da arquiteta, elaborada na sequência por Duque Estrada, é notável a referência à categoria do calçamento do piso. Considerado esse elemento “fator estético que também merece ser preservado”, afirma ele que o piso possui “calçamento original, datado do período colonial, em pedras calcetadas, do tipo que se convencionou chamar “pé de moleque”.

Entretanto, as formas de uso e ocupação, a sujeira, o mobiliário e os edifícios imediatamente próximos que, à época, degradavam o lugar foram, após criteriosa análise, mercedores dos seus comentários verdadeiramente críticos. Duque Estrada também propôs reconsideração das recomendações para as áreas de entorno constantes do Parecer nº 18/09/DITEC/SRJ/IPHAN PROT, de 01/06.2009.

Handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. Kurrels' with a superscript '2' to the right.

O historiador, verificando estar o trecho em pauta “milagrosamente intacto e satisfatoriamente preservado” contribuiu também com detalhadas sugestões para o agenciamento paisagístico e a revisão das áreas de entorno sugerida pela arquiteta. No Parecer, favorável à inscrição no Livro Histórico, ele indicou trechos da Ladeira que deveriam receber melhores cuidados no sentido da limpeza e da conservação urbana por parte da municipalidade, incluindo considerações a respeito da situação do ali implantado Terminal Rodoviário, cujos abrigos foram projetados pelo arquiteto João Figueiras Lima, o reconhecido Lelé.

Além de recomendar a inscrição no Livro Histórico, foi recomendada a inscrição no Livro Arqueológico. No entanto, essa última foi contestada. Em acordo com os registros, entre 2010 e 2016 os limites de proteção continuaram a ser discutidos. Para contestá-los, técnicos das instâncias centrais e da regional, alegavam, principalmente, que a proximidade de bens tombados, a ‘cristalização’ edilícia da área e as alterações realizadas na frente marítima, incluindo a derrubada da elevada via perimetral, construída em 1959, justificariam estudos para a delimitação de poligonal de entorno que abrangesse todos os componentes da área.

Em 16 de novembro de 2016, a Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo do Iphan, apesar das poucas manifestações contrárias ao tombamento emitidas nas poucas ocasiões em que o processo em pauta foi examinado ao longo dessas décadas, declarou a pertinência do tombamento. Assim entendeu a Câmara por ser a Ladeira da Misericórdia testemunha da “refundação” da cidade do Rio de Janeiro, então deslocada do morro Cara de Cão. E, tendo em vista ser esta cidade a segunda mais antiga capital do Brasil, o lugar está ligado à história política do nosso país. Da mesma forma, registra a Ata da 15ª Reunião da Câmara, a área está relacionada aos processos de renovação urbana e arquitetônica ocorridos no Rio de Janeiro nos séculos dezanove e vinte, os quais, feliz ou infelizmente, foram modelos para as capitais de todo o país.

Ao atrelar-se à ocupação e formação física e social dos primeiros lugares constituintes da cidade, na condição de elemento do sistema de circulação urbano, a Ladeira, antes também denominada Nova, foi, de fato, importante via de acesso ao morro do Castelo. Gastão Cruis, afirmou que a Ladeira da Misericórdia poderia ser considerada um prolongamento da Ladeira do Castelo, pois “vinha morrer quase às portas do Colégio dos Jesuítas”. Tais condições fizeram com que fosse a mais movimentada. Segundo Brasil Gerson, foi “ponto de partida do primeiro dos nossos largos e da primeira das nossas ruas”.

Afirmou ainda esse historiador: “Eis aí, portanto, no encontro dos três – ladeira, largo e rua – o que se poderia chamar de o reduto, se bem que já algo profanado modernamente, da cidade ao tempo de sua fundação, capaz de substituir na veneração dos homens de hoje os seus dois berços destruídos pelos elementos e pelas máquinas: a “vila velha” de Estácio no Cara de Cão e o conjunto de casas telhadas e sobradadas mandadas construir, dois anos depois, em 1567, por Mem de Sá, seu tio...”

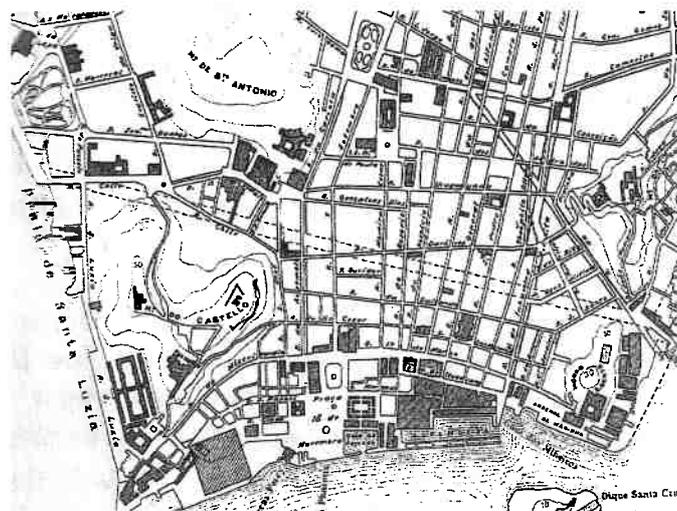
O Hospital da Santa Casa da Misericórdia, o Largo e a Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, e o Museu Histórico Nacional –os dois primeiros tombados pelo Iphan em 1938, e o terceiro em 1997– compõem as molduras, perspectivas e visadas dos remanescentes da Ladeira da Misericórdia, sendo, portanto, o que resta do ambiente histórico e tradicional do lugar.



Aquarela de Thomas Ender. Igreja de Bonsucesso, largo e ladeira da Misericórdia, 1817.



Litogravura de Louis Buvelot e Auguste Moreau.
Largo, ladeira e rua da Misericórdia, 1845.



Planta do Rio de Janeiro, 1903.

À esquerda, embaixo, o conjunto formado pela Santa Casa, largo e ladeira da Misericórdia e atual Museu Histórico Nacional.

MA⁴

Residências, casas de comércio e armazéns de mercadorias, além das construções do sistema defensivo que definiam a significativa função militar, imprimiram na região mais próxima da Igreja de Bonsucesso e do início da rua da Misericórdia uma urbanidade “mista” desde o início do século dezesseis. As procissões dos mortos e dos condenados às execuções saíam da igreja da Misericórdia, depois chamada da Bonsucesso. O largo foi a praça pública mais antiga do Rio de Janeiro. Situado ao pé da colina do Castelo, foi palco para as atividades cotidianas, celebrações, feiras e autos teatrais.

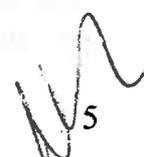
Cronistas da singular vida física e social da capital do Brasil foram arrolados no estudo de Kurrels para demonstrar a ‘sociologia’ e a ganância especulativa que desvalorizaram a Ladeira antes e após a demolição do Castelo. Portanto, desfilam nas páginas do dossiê trechos de ‘reportagens’ de João do Rio e Luís Edmundo, cujos relatos informam a degradação e a história amarga vivenciada por eles naquele que foi o “lugar de onde partimos” e o lugar do “grito da Misericórdia”, “primeiro balbucio”.

Outras fontes bibliográficas a comentar são os livros *Largo da Misericórdia: transformações espaciais em um marco da fundação do Rio de Janeiro* de Jacques Sillos de Freitas publicado em 2015 e citado nos documentos técnicos ora referidos; e o *Tesouros do Morro do Castelo*, de Carlos Kessel, publicado em 2008 cujo interesse para a historiografia do bem ora tratado é inegável.

Dentre o referencial mais recente da história da cidade, denota-se ainda o seminário que enfocou a Ponta do Calabouço e o bairro da Misericórdia, realizado no Museu Histórico Nacional em 2015 e inserido nas comemorações dos 450 anos da fundação do Rio de Janeiro. A publicação intitulada *Misericórdia: um bairro na paisagem do Rio de Janeiro*, organizado pela historiadora Aline Montenegro Magalhães e pesquisadores do MHN, a ser lançada no mês de outubro próximo, contém artigos dos estudiosos que, em palestras do seminário, demonstraram ser esse o lugar onde se reconfigurou a fundação da cidade. A função urbanística da Ladeira, parte do sistema de circulação da cidade, foi marco essencial.

Os participantes do seminário organizado no MHN, ao pensar e reescrever história da centralidade original do Rio de Janeiro, levaram Magalhães e Lenzi a indagar na Apresentação do citado livro:

Quantas paisagens já emolduraram o complexo militar da Ponta do Calabouço, assim como a Santa Casa da Misericórdia e a Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso, remanescentes do período em que a cidade descia o Morro do Castelo e ganhava a várzea que se estendia até o Morro da Conceição, abrangendo ainda a área entre os morros de Santo Antônio e São Bento? Quantas personagens não se notabilizaram em função do cotidiano do antigo bairro da Misericórdia, como a negra Sabina que vendia laranjas na porta da Faculdade de Medicina? E quantas histórias tem o bairro da Misericórdia como palco, cenário e protagonista?



O arrasamento do morro do Castelo foi fato iniciado pelo prefeito Carlos Sampaio. Artistas e Augusto Malta, fotógrafo da prefeitura, junto com outros colegas de profissão, subiram a ladeira da Misericórdia para registrar em suas imagens, o drama da destruição. Os aterros ali realizados permitiram a abertura dos espaços onde se instalaram os pavilhões da Exposição Internacional de 1922.

Dessa perspectiva, a partir de meados do século dezoito, com a instalação da catedral e das construções representativas do poder político e administrativo no largo do Carmo, os bairros do Castelo e da Misericórdia já haviam perdido a condição de centralidade.

As argumentações constantes no extenso estudo de Joyce Kurrels priorizam os aspectos históricos da ocupação do morro do Castelo, antes denominado Descanso. Ela afirma ser a Ladeira um “elemento “insurgente”, importante signo da trajetória de construções e perdas (...)”.

A ladeira foi a primeira via de acesso ao morro, o que possibilita verificar a força do fato de ser o trecho remanescente testemunha das nossas origens urbanas. Desse modo, a importância física e imagética, ou seja, material e imaterial, do trecho ainda existente e considerado em bom estado da antiga Ladeira da Misericórdia, é registrada nos seguintes trechos do parecer da arquiteta Joyce Kurrels:

A ladeira propriamente dita, não mais existe. Apenas uns poucos metros da primitiva via ainda insinuam o caminho pelo qual transitaram nossos primeiros irmãos, nossos primeiros capelães, nossos primeiros capitães, nossos primeiros construtores e nossas primeiras procissões como a dos Fogaréus nas Quintas-Feiras Santas, que, saindo da Igreja da Misericórdia, chegava à antiga Sé e à igreja de Santo Inácio de Loyola, em seguida, retornando ao seu ponto de partida.

Além das referências a essa e outras celebrações praticadas em acordo com o calendário religioso, as execuções de condenados, as festas e expressões culturais de afrodescendentes e imigrantes são comentadas em outros estudos específicos.

Kurrels afirma ainda que, em razão dos aspectos históricos, o que resta da Ladeira é um “marco de permanência que sinaliza todo um processo de ocupação de territórios, a partir do qual se constituíram as várias faces dessa cidade que foi capital da Colônia, do Reino Unido a Portugal, do Império e, por longo tempo, da República.”

No sentido de admitir as sucessivas transformações urbanísticas da área nos séculos dezenove e vinte, e reconhecer as arquiteturas representativas das diferentes fases de formação e ocupação da cidade, se deve ressaltar os fatos que sequenciados e entrelaçados à existência da Ladeira da Misericórdia.

Dentre outros, são notáveis os seguintes fragmentos de memória e de história que estão aí contidos:

a escolha do lugar que originou a formação da cidade;

a construção da bateria de São Tiago, a qual defendia a subida ao morro do Descanso, e da igreja de Bonsucesso, onde existia também a “roda dos expostos”, local em que colocavam crianças cujas mães não as podiam criar para que fossem educadas pela irmandade;

a instalação do guindaste ou plano inclinado para transporte de coisas para o alto do morro do Castelo;

a referência (controversa) ao fato de ter sido a Ladeira a primeira via a ser pavimentada na cidade no Setecentos;

o desprezo e o arrasamento do morro, posto abaixo entre 1922 e 1928;

a realização da Exposição Internacional de 1922;

a existência dos testemunhos arquitetônicos da Exposição, incluindo o Museu da Imagem e do Som;

os tombamentos em nível federal do Prédio do hospital da Santa Casa, do Largo e da igreja da Misericórdia e do conjunto arquitetônico do Museu Histórico Nacional em que se inclui a Casa do Trem;

e o redesenho dos trechos imediatamente vizinhos decorrentes da derrubada, entre 2013 e 2015, do Viaduto Juscelino Kubistchek, a conhecida via elevada da Perimetral.

Em virtude das sensíveis alterações do sistema viário e sentido do tráfego de veículos no entorno e nas praças Marechal Câmara e Quinze, seria aconselhável, após o tombamento, a atualização das propostas de tratamento paisagístico, o que poderá ser realizado em conjunto com a prefeitura da cidade.

Conforme contidas no dossiê, com a conclusão do estudo, propostas de medidas de gestão e tratamento da Ladeira e respectivos limites imediatos, da mesma forma que informações e notificações, foram dirigidas às instâncias competentes.

Tendo em vista a existência próxima dos bens tombados em nível federal e a consolidação física da área, ajuntadas as recomendações e os minuciosos estudos antes citados, aos quais somam-se os pareceres recentes, indico também não ser necessário estabelecer a envolvente de proteção do entorno da Ladeira da Misericórdia.

Conforme verificado amplamente, a Ladeira integra (in)certa ‘arqueologia’ do processo original que resultou das diferentes formas de domínio da natureza e configuração do território. Tais ações foram geradas em diferentes momentos pelos poderes políticos e econômicos, utilizando-se das técnicas urbanísticas e normas edilícias que dinamizaram o centro do Rio de Janeiro.

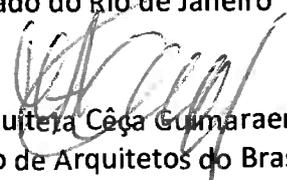
Incontáveis testemunhas materiais do progresso urbanístico, incrementado a partir do século dezesseis, foram descartadas no início do século vinte na região central do Rio de Janeiro. Embora destituída dos aspectos funcionais que motivaram a sua existência, dada a destruição do morro do Castelo, a Ladeira da Misericórdia é um fragmento urbano que mantém a sua funcionalidade simbólica e memorial.

Paradoxalmente, a função e o lugar da Ladeira da Misericórdia continuam a expressar os desejos das gerações que buscaram garantir a sua permanência.

7
Mh

Enfim, produto da história de conflitos e das vitórias travadas para superar, física e simbolicamente, o ambiente natural e construído, a existência dos remanescentes da Ladeira é lembrança real e autêntica do morro do Castelo.

Com tal consideração, neste Conselho, em continuidade à decisão da Câmara de Arquitetura e Urbanismo antes referida, considero que esse atributo memorável e que, hoje, não mais supõe contestação, motiva e fundamenta o meu Parecer em favor da inscrição, no livro do Tombo Histórico deste Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de toda a extensão e perímetro do “Trecho remanescente da Ladeira da Misericórdia no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro”.


Arquiteza Cêça Guimaraens,
Conselheira, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Brasília, 27 de setembro de 2017